

ESCOLA SEM PARTIDO, HOMESCHOOLING E O PROGRAMA ESCOLA CÍVICO- MILITAR: em exame com contribuições de Poulantzas e Mészáros

Maria de Fátima Rodrigues Pereira¹

Izaias Costa Filho²

Resumo

Este texto examina três Programas propostos e defendidos pelo governo de Jair Messias Bolsonaro: Escola sem Partido (ESP), Homeschooling e o Programa Escola Cívico-Militares (PECIM), forças sociais que os apoiam ou rejeitam e lhe fazem resistências nas disputas por educação, no contexto dos últimos anos, pós o golpe de 2016. Teoricamente o estudo orienta-se pelo método da economia política. Apoia-se em contribuições de István Mészáros e Nicos Poulantzas, considerando deste autor a categoria correlação de forças. O objetivo é tecer reflexões e realizar apontamentos que colaborem para o esclarecimento dos desafios que as classes populares têm pela frente, na defesa dos interesses dos trabalhadores. Neste sentido, retomam-se as reflexões de István Mészáros, com a sua conferência Educação para Além do Capital, onde já sinalizava o caráter incorrigível do modo de produção capitalista e a necessidade de sua superação.

Palavras-chave: Escola sem partido; Homeschooling; Programa escola cívico-militares; Correlação de forças Para além do capital.

SCHOOL WITHOUT A PARTY, HOMESCHOOLING AND THE CIVIC- MILITARY SCHOOL PROGRAM: an examination of the contributions of Poulantzas and Mészáros

¹ Licenciada em História pela Universidade de Coimbra, mestre e doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), professora do mestrado e doutorado do PPGED da Universidade Tuiuti do Paraná. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas Trabalho, Educação e Políticas Educacionais/CNPq- Orcid- 0000-0002-8511-2313, e-mail: maria.pereira@utp.br

² Graduado em Educação Física pela Universidade Federal do Paraná. É mestre e doutor em Educação pela Universidade Tuiuti do Paraná, vice coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisas Trabalho, Educação Políticas Educacionais/CNPq, é docente do Instituto Federal do Paraná. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6559-9868>, e-mail: izaias.filho@ifpr.edu.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9183520756095297>

Abstract

This text examines three programs proposed and defended by the government of Jair Messias Bolsonaro: School Without a Party (Escola sem Partido - ESP), Homeschooling and the Civic-Military School Program (Escola Cívico-Militar - PECIM), the social forces that support or reject them and resist them in the disputes over education, in the context of recent years, after the 2016 coup. Theoretically, the study is guided by the method of political economy. It draws on contributions from István Mészáros and Nicos Poulantzas, considering the correlation of forces category. The aim is to make reflections and notes that help clarify the challenges facing the popular classes in defending workers' interests. In this sense, we return to the reflections of István Mészáros, with his lecture Education Beyond Capital, where he already pointed out the incorrigible nature of the capitalist mode of production and the need to overcome it.

Keywords: Correlation of forces; Nonpartisan School; Homeschooling; Civic-Military Schools Program; Education Beyond Capital.

LA ESCUELA SIN PARTIDO, LA EDUCACIÓN EN CASA Y EL PROGRAMA ESCOLAR CÍVICO-MILITAR: examen de aportaciones de Poulantzas e Mészáros

Resumen

Este texto examina tres programas propuestos y defendidos por el gobierno de Jair Messias Bolsonaro: Escuela sin Partido (ESP), Homeschooling y Programa Escuela Cívico-Militar (PECIM), y las fuerzas sociales que los apoyan o rechazan y resisten en las disputas por la educación, en el contexto de los últimos años, tras el golpe de 2016. Teóricamente, el estudio se orienta por el método de la economía política. Se basa en las contribuciones de István Mészáros y Nicos Poulantzas, considerando este autor la categoría de correlación de fuerzas. El objetivo es elaborar reflexiones y apuntes que ayuden a clarificar los retos a los que se enfrentan las clases trabajadoras en la defensa de los intereses de los trabajadores. En este sentido, retomamos las reflexiones de István Mészáros, con su conferencia La educación más allá del capital, donde ya señalaba el carácter incorregible del modo de producción capitalista y la necesidad de superarlo.

Palabras clave: Correlación de fuerzas, Escuela sin Partido, Homeschooling; Programa Escuela Cívico-Militares; Mas allá del Capital.

INTRODUÇÃO

Este texto é dedicado a apresentar três Programas propostos e defendidos pelo governo Jair Messias Bolsonaro (2019-2022): Escola sem Partido

(ESP), Homeschooling e o Programa Escola Cívico-Militares (PECIM), de maneira a se tecer apontamentos sobre a correlação de forças sociais que os apoiam, rejeitam ou lhe fazem resistências e deste modo apontar os desafios que as classes populares têm pela frente, na defesa dos interesses dos trabalhadores quando consideramos as políticas educacionais.

Teoricamente situa-se no campo crítico da economia política, inspira-se em autores que alertaram para as disputas entre capital e trabalho, nomeadamente em Poulantzas e Mészáros.

Em 2004, István Mészáros, na abertura do Fórum Mundial de Educação, realizado na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul (RS), proferiu uma conferência cujo texto veio a ser publicado pela Boitempo Editorial, com o título Educação para Além do Capital, que retomamos aqui para sinalizar que a correlação de forças sociais presentes desde então, se caracteriza pela agudeza das disputas, e, nesse sentido pré-anuncia as possibilidades da educação emancipadora do ser humano.

Mészáros (2014), lançava, lá atrás, um alerta aos navegantes que a lógica do capital é incorrigível, ou seja, não tem remédio, não há políticas que a curem. Assentava sua tese nos seguintes argumentos: 1 “que os processos educacionais e os processos sociais mais abrangentes de reprodução estão intimamente ligados” (p. 25); 2 que “uma reformulação significativa da educação é inconcebível sem a correspondente transformação do quadro social [...]” (p. 25). Desta forma, dava acento à tese que as frentes de luta requerem a totalidade das práticas de intercâmbio social, não somente na educação, mas também em outras esferas da vida. Ao assim não se fazer, “as mudanças sob tais limitações, [...] são admissíveis apenas para corrigir algum detalhe defeituoso da ordem estabelecida, de forma que sejam mantidas intactas as determinações estruturais fundamentais da sociedade como um todo” (p. 25).

Em uma conjuntura brasileira que contava com a chegada à presidência da república de Luís Inácio Lula da Silva (Lula), representante do Partido dos Trabalhadores (PT), Mészáros sinalizava, em 2004, para os limites de um projeto de conciliação de classes cujas finalidades permaneciam dentro do domínio do capital, mesmo “quando os subjetivamente bem-intencionados [...]

observavam claramente e criticavam as manifestações desumanas dos interesses materiais dominantes” (MÉSZÁROS, 2014, p. 26).

Nessa conferência supracitada, Mézáros trazia à memória a posição reformista pequeno burguesa, liderada por Edward Bernstein e Karl Kautsky durante a Segunda Internacional (1889-1916) que “outrora prometeram a transformação da ordem capitalista, numa ordem qualitativamente diferente, socialista - [...]” (MÉSZÁROS, 2014, p. 27). Os reformistas, compostos por frações da aristocracia do operariado alemão, então, agregavam-se no Partido Social-Democrata Alemão (PSDA) e defendiam uma democracia parlamentar, pois acreditavam que não podiam governar a Alemanha sem a aliança com as velhas elites. Suas posições a favor dos créditos de guerra levaram o operariado a fazer a guerra que interessava aos já conglomerados industriais do aço, da química, visto que “propunha-se a acrescentar à economia social da burguesia seus ‘complementos’ e ‘correções’, revelando, desde o início, os característicos da ideologia imperialista da aristocracia operária” (BERNSTEIN, [s.d]). Situados no campo reformista, Edward Bernstein e Karl Kautsky colocavam-se ao lado daqueles que defendiam que o capitalismo podia ser corrigido, ao contrário Mézáros acentuou o caráter irreversível desse modo de existência. Segundo essa perspectiva reformista, o capital seria generoso com as classes trabalhadoras, com seus filhos e o reino da liberdade chegaria. Entretanto, esse oportunismo teórico da socialdemocracia de Bernstein, não é compatível com o socialismo em sua totalidade, pois carrega intrinsecamente a destinar o movimento operário em direção à vida burguesa, paralisando a luta de classes proletárias (LUXEMBURGO, 1986).

As teses de István, esclarecidas com as chamadas para as posições, reformistas de Bernstein e Luxemburgo sinalizam o necessário exame dos interesses onde se assentam e quem defende os Programas em tela.

Em tempos de pandemia da COVID-19, que nos assolou em março de 2020 e ceifou a vida, em dados oficiais, a mais de meio milhão de brasileiros, ficou mais aguda e ao mesmo tempo mais evidente a tragédia que vivemos, a correlação de forças e os interesses de classe e suas frações que “como limites de extensão de uma prática específica de classe, deslocam-se de acordo com

os interesses de outras classes em presença” (POULANTZAS, 2019, p. 113). E, neste movimento estabelecem-se tensões que determinam as políticas educacionais, entre “interesses de longo e curto prazo” (POULANTZAS, 2019, p. 113). Isto aponta para disputas em movimento e blocos que vão se constituindo que se apresentam a favor, contra e ou conciliam em torno dos referidos Programas e projetos societários que integram.

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) publicou em 29 de janeiro de 2021 o censo escolar referente a 2020. Segundo dados do governo federal, em 179.533 escolas de educação básica as matrículas atingiam um total de 47,3 milhões, menos 1,2% em relação ao ano de 2019. Desse total, 48% eram das redes municipais de ensino, 32,1% das redes estaduais, 18,6% estavam na rede privada e a federal compunha-se de 1%. Segundo esses dados, a concentração de oferta de Educação Básica no Brasil se dá nas redes municipais de ensino e os dados de 2020 sinalizam em relação a 2019, uma diminuição de alunos (BRASIL, 2021).

Em 2022, o acesso aos dados do INEP, foi restringida, sob a alegação de cumprimento das normas conforme a Lei n. 3.709, de 14 de agosto, de 2018, (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais-LGPD). Isto foi objeto de notas de protesto por parte de entidades, nomeadamente da Associação Nacional de Pós - Graduação e Pesquisa (ANPED) que apontou seu posicionamento: “Proteger a privacidade sim, sem abdicar da transparência” (ANPED, 2022). O acesso aos dados é fundamental, para a elaboração de análises e diagnósticos necessários à formulação de políticas educacionais.

O Brasil é uma país de tamanho continental, com realidades sociais muito díspares, muito desiguais tanto no que diz respeito a recursos econômicos como a humanos, o que impacta os resultados educacionais.

Mas, mais do que isso, há que se considerar as grandes disputas, outras tantas lutas de classe, por concepções e práticas educacionais e, não menos importante, aquelas que dizem respeito aos recursos para a educação e seus destinos.

Este texto considera essas disputas, aponta para a não superação de um processo histórico marcado por exclusão, mas sinaliza lutas intensas por

educação escolar pública socialmente referenciada. E, neste cenário, caracterizado por grande expansão e concentração do capital.

As circunstâncias contemporâneas trazem um forte fardo para as lutas (e os intelectuais) anticapitalistas nos países ditos “emergentes”. Precisamos enfrentar nossas próprias classes dominantes, em muitos casos defensoras brutais do capitalismo tout court, apesar de sua subalternidade frente aos capitais e programas estrangeiros, como nos lembrava um grande clássico brasileiro, Florestan Fernandes (FONTES, 2013, p. 2).

Não tem sido poucos os movimentos de resistência e de enfretamento ao projeto do capital e suas políticas.

Como manifestação das lutas e correlação de forças no campo educacional dedicamos, em seguida, nossa atenção a três Programas de educação no período dos governos Temer, Bolsonaro e primeiro ano do terceiro mandato de Lula na presidência da república do Brasil: Escola sem Partido, Homeschooling e o Programa Escola Cívico-Militares (PECIM)

O MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC) E A IMPLANTAÇÃO DO PROJETO ULTRALIBERAL DE EDUCAÇÃO AJUSTADO AO MERCADO COM TEMER E BOLSONARO

Assistimos, ainda na preparação do Golpe de 2016 a intervenções açodadas na política educacional: em 28 de maio de 2016, 16 dias após o afastamento da presidenta Dilma Vana Rousseff e a ascensão interina de Michel Miguel Elias Temer Lulia à presidência da república, foram destituídos, por decreto, os conselheiros nomeados pelo governo anterior, um sinal do conjunto de ações que ampliariam no Conselho Nacional de Educação (CNE) a participação dos empresários educacionais em detrimento das representações dos educadores defensores da escola pública, laica e gratuita.

Nesse sentido, entidades da

comunidade científica e profissional da área de educação foi surpreendida, no dia 27 de junho de 2016, por meio de Decreto, publicado no DOU n. 122, de 28 de junho de 2016, seção 2, p.1, com ato ilegítimo, ilegal e de desrespeito ao processo democrático

O ocorrido no CNE, culminou em um processo de disputa que já vinha de antes e que encontrou contexto favorável, após o golpe de 2016. Entidades ligadas ao mercado educacional, como o Movimento Todos Pela Educação (TPE), entre outros, buscaram ampliar suas presenças em órgãos do governo e impor seus projetos. Neste sentido, aponte-se que desde 2006, quando se deu a sua criação, o Movimento Todos Pela Educação congrega e organiza as reivindicações empresariais e hegemoniza as políticas formuladas no CNE, seja para o Ensino Médio (EM), a formação de professores com a elaboração da Resolução CNE/CP Nº 2, de 20 de dezembro de 2019, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) atravessada pelos interesses do Movimento Pela Base (MPB) desde 2013. Acantonados no CNE defenderam, e formularam uma educação assentada numa concepção favorável aos interesses do mercado, uma revisitação da teoria do capital humano elaborada na década de 1960, por Theodore Schultz que atribui à educação a finalidade de formar técnica, social e ideologicamente um trabalhador ajustado às demandas do mercado. Como se sabe a teoria do capital humano assenta-se numa visão economicista da educação. Segundo essa teoria, a educação não é direito, antes atividade a ser submetida às razões do lucro e produtividade. Para essa teoria a educação sofre uma redução a esse objetivo, assume um caráter acentuadamente operacional, instrumental ao processo produtivo o que implica na formação de subjetividades resilientes, adaptativas.

Já no Ministério da Educação do governo Bolsonaro em suas secretarias, encontramos a representação de forças sociais que defenderam Programas ainda mais conservadores, como: o Movimento Escola sem Partido, Homeschooling e o Programa Escola Cívico-Militares (PECIM).

A origem do primeiro destes três Programas remonta a 2004, quando foi lançada a página eletrônica virtual www.escolasempartido.org, onde as forças sociais que o defendem estiveram fortemente presentes nos debates e nas disputas eleitorais de 2016 e 2018. Desdobrou-se em projetos apresentados nas câmaras municipais, assembleias estaduais, distrital e no Congresso Nacional.

Em sua essência, trata-se de censura à liberdade de ensinar e aprender, à liberdade de cátedra. Uma pesquisa realizada por Fernanda Moura e Renata Aquino, com financiamento do Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior (ANDES/SN), do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (SENASEFE) e da Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil (FASUBRA), para a Frente Escola sem Mordação, indica que “desde 2014, já foram apresentados 237 projetos nesse sentido, sendo 214 em municípios, estados e no distrito federal e mais 23 projetos no Congresso Federal” (ANDES/SN, 2020). Alguns se converteram em leis “que foram derrubadas definitivamente pela justiça local ou pelo Supremo Tribunal Federal e outras tantas estão suspensas por liminares e aguardam julgamento” (ANDES/SN, 2020).

O Programa Escola sem Partido faz parte de frentes conservadoras que aglutinam em conjunto, ou não, os outros dois Programas a que nos referimos antes. As forças sociais que os tem vindo a defender e apoiar políticas econômicas ultraliberais e para a educação aquelas regressivas se traduzem na perda de direitos duramente conquistados. É preciso dizer que encontram pela frente, também, resistências organizadas por sindicatos, frentes populares que impedem, dificultam a sua efetivação.

Já o projeto Homeschooling (educação escolar em casa) defende a educação domiciliar para crianças e jovens, está no cenário das políticas educativas desde 2001. O movimento TPE que representa frações da burguesia afirma que “esta foi a única temática inserida na agenda prioritária do governo Bolsonaro em 2021, mesmo diante de todas as adversidades enfrentadas pela Educação Básica durante a pandemia” (TPE, 2021a). O movimento ainda, considera que:

é importante reforçar que o Todos Pela Educação é contra qualquer incentivo à Educação domiciliar. Torná-la uma prioridade na gestão educacional parece equivocado e o tema não deveria ser um tema de debate do Congresso Nacional neste momento. Afinal, trata-se de uma medida que passa longe do que precisa ser feito para melhorar a Educação no Brasil e evidencia uma inversão de prioridades do Governo Federal.

Aponta que “entre os [seus] defensores, estão aqueles que vêm essa prática como protetora de supostas “ideologias” transmitidas em sala de aula e de possíveis violências escolares” (TPE, 2021b).

De iniciativa do Governo, tramitou na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei Nº 3.179/2012 ao qual foram apensados mais sete projetos sobre esta matéria.

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara dos Deputados apreciou e aprovou o Projeto de Lei de Nº 3.262/2019 (que assenta que a educação escolar em casa não se configura como crime de abandono educacional), proposto pelas deputadas que faziam parte da base partidária do governo Bolsonaro, Chris Tonietto do Partido Social Liberal do Rio de Janeiro (PSL/RJ), Bia Kicis do Partido Social Liberal do Distrito Federal (PSL/DF) e Caroline de Toni do Partido Social Liberal de Santa Catarina (PSL/SC).

A relatora do Projeto, a deputada Greice Elias, do Partido AVANTE, de Minas Gerais (AVANTE/MG) em seu parecer, fez a defesa e rebateu argumentos contrários ao referido Projeto, assentados no Código Penal, Decreto-Lei Nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, quando trata do crime e pena de abandono intelectual a ser atribuída “a quem deixar, sem justa causa, de prover a instrução primária de filho em idade escolar”, afirmando que tal situação “não se aplica a pais ou responsáveis que ofertarem a modalidade de educação domiciliar”. A referida relatora defendeu que “a prática do homeschooling nada tem a ver com o abandono intelectual. Pelo contrário, os genitores demonstram um comprometimento ainda maior com a educação dos filhos” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2021).

Jamil Cury, entre outros pesquisadores da educação brasileira, debruçou-se sobre este Projeto- Homeschooling. Examinando os fundamentos de onde parte a sua defesa, apontou que

Ao colocar o direito da família e/ou a liberdade como prévios a qualquer obrigação institucionalizada advinda do Estado, o movimento parece retomar, como fundamento de sua argumentação, ao menos de modo amplo, a tese ou as teses do jusnaturalismo, seja ele pela vertente medieval, seja pela moderna (CURY, 2017, p. 110).

Nosso autor, após discorrer a respeito da tensão histórica “entre o direito à educação o dever da família de colocar as crianças na escola” (CURY, 2017, p. 104), considera as finalidades da educação escolar para defender que aos pais cabe colocar seus filhos na escola. Constrói, ainda, argumentos que as deputadas presentes na sessão da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara dos Deputados talvez não conheçam ou não queiram conhecer, posto que pertencem a um grupo social com visões de mundo segregacionistas e não garantistas dos direitos constitucionais ou ainda, são favoráveis a criação de guetos humanos.

Diz Jamil Cury construindo os argumentos, estes sim, de resistência ao projeto aprovado na CCJ, assim:

As famílias têm a obrigação, sob pena de negligência, de matricular seus filhos nas instituições escolares de modo a superarem, desde cedo, um egocentrismo próprio da infância. A convivência escolar é mais do que um convite à superação desse egocentrismo, é um espaço privilegiado para que se estabeleçam com os outros, relações maduras de reciprocidade e de reconhecimento do outro como igual e diferente. Nesse sentido, cabe o pensamento de Kant, postulando a autonomia do sujeito e a ideia de a pessoa é sempre um fim, jamais podendo ser tomada como um meio. Essa autonomia do sujeito se dá no jogo da alteridade autônômica do outro. E a escola vem se tornando um dos últimos lugares onde acontece a convivência entre iguais e diferentes de modo sistemático, permanente e presencial. Junto, pois, com a transmissão de conhecimentos importantes e imprescindíveis para a vida social, a educação escolar obrigatória visa à formação para a cidadania. Formação que convida ao respeito de valores, seja pelo conhecimento dos fundamentos da cidadania, seja pela vivência desses valores na convivência que a escola proporciona. A socialização institucional que a educação escolar propicia se volta para a superação do egocentrismo na dimensão do respeito mútuo e da reciprocidade. A formação para a cidadania só ocorre quando a pessoa se vê confrontada por situações em que o respeito de seus direitos se põe perante o respeito pelo direito dos outros. E os espaços da educação escolar, mercê das grandes transformações pelas quais nossas metrópoles passam, vêm se tornando, quiçá, um dos últimos redutos de uma socialização permanente e sistemática. A escola é um lugar de convívio com o Outro: o negro, o pardo, o não crente, o pobre, o diferente, enfim. É um lugar institucional para se respeitar o outro, meu igual. Tal isolacionismo, posse de famílias bem representadas na distribuição de renda, pode se valer de recursos próprios e, com isso, sair-se bem nas provas. Mas os seus filhos escapam da possibilidade de pôr em situação de compartilhamento os seus recursos desenvolvidos em casa, em situação de compartilhamento.

E conclui:

Um processo de educação escolar limitado ao âmbito familiar corre o risco de reduzir o campo de um pertencimento social mais amplo e de se pautar por um exclusivismo que pode significar uma forma elitista e seletiva de segregação. Isso não retira a crítica que este movimento faz aos resultados ruins nas avaliações das redes escolares e a outros fenômenos que as pesquisas registram, como violência, bullying, entre outros. Serve como um alerta para que os poderes públicos se empenhem na solução mais ampla desses problemas, em especial na valorização docente e na oferta de sólida formação inicial (CURY, 2017, p. 116-117).

Às deputadas envolvidas com esta matéria, já na CCJ caberia ter ouvido e aprendido com aqueles que conhecem e se debruçam sobre o tema em pauta, em virtude de que se dizem representantes de votos populares, afinal, a autocracia, aliada da exclusão, induz a erros irreparáveis.

Todavia, em apreciação o Supremo Tribunal Federal considerou o ensino domiciliar constitucional sobre o argumento que cabe ao estado e à família a educação das crianças e jovens e que apenas há necessidade de regulamentação.

Contra este projeto, tomaram posição, em maio de 2022, sindicatos, instituições acadêmicas, fóruns, movimentos sociais, organizações da sociedade civil, publicando um Manifesto no qual apontam extremo risco, perda de direitos e favorecimento de desigualdades sociais que advém com tal política. Neste sentido, também se manifestou, em 17/5/2022, a Associação Nacional pela Formação dos Profissionais em Educação (ANFOPE). Em seu Manifesto Contra a Regulamentação da Educação Domiciliar e em Defesa do Investimento nas Escolas Públicas, essa Associação defendeu que

A educação escolar (regular) necessita de mais investimentos e de efetivo regime de colaboração para superar os desafios históricos e atuais impostos pela pandemia e não da regulamentação de uma modalidade que ataca as finalidades da educação previstas no artigo 205 da Constituição Federal, amplia a desobrigação do Estado com a garantia do direito humano à educação de qualidade para todas as pessoas e fere os direitos das crianças e adolescentes (ANFOPE, 2022).

Claramente, a ANFOPE, entende Hombrescholling como um descumprimento da Constituição brasileira de 1988, no que diz respeito à educação escolar e é contra a sua regulamentação como apontado pelo Supremo Tribunal Federal,

Completa a tríade dos Programas que analisamos, o Programa Escolas Cívico-Militares, a realizar em parceria com o Ministério da Defesa, o que permite a presença dos militares da reserva, policiais e bombeiros militares na gestão das escolas públicas. A implantação destas escolas foi prevista para todo o país, em comunidades pobres, de grande vulnerabilidade social, não foram previstas para as classes médias. Ora, se a gestão cabe aos militares advinha-se uma disciplina e cultura militarizada de controle dos pobres, dos desapropriados, assentada em hierarquias e obediência. O sonho e o desejo de cada um, cada uma estudante que em democracia cabem ser protegidos e favorecidos, ficam, assim, em sobressalto.

Este quadro do conservadorismo na educação brasileira completou-se, com quem assumiu o cargo de ministro da educação.

Desde o início do governo Bolsonaro o MEC teve à frente, assumidos conservadores: Ricardo Vélez Rodrigues, Abraham Bragança de Vasconcellos Weintraub, Carlos Alberto Decotelli da Silva e Milton Ribeiro, seguido de Victor Godoy.

O penúltimo destes cinco ministros, em viagem ao Piauí, na companhia de Ciro Nogueira Lima Filho, do Partido Progressistas do Piauí (PP/PI), líder do Centrão, nomeado para a pasta da Casa Civil em 28 de julho de 2021, e de Marcelo Lopes da Ponte, presidente, à época, do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (FNDE), em reunião com prefeitos defendeu a formação técnica para os jovens brasileiros e que comparativamente, a Educação Superior é para poucos e justificou:

Essa semana recebi ligação de um amigo, presidente de um dos maiores sindicatos de patrões de São Paulo, e ele disse: sabe do que a gente precisa? Precisamos de técnicos em edificações, um eletricista, não um curioso, mas um técnico em hidráulica e informática, é essa demanda do mercado hoje, um engenheiro cuida de um prédio, mas precisamos de uns 20 ou 30 eletricistas para uma grande obra, declarou, (RIBEIRO, 2021a).

O ministro alinhou-se aos interesses do mercado. Tudo indica que Ribeiro desprezou o debate e o acúmulo de conhecimentos, lutas e políticas sobre a educação politécnica, sobre o EM integrado ao Técnico, tomou partido por uma formação para o capital. Posição assemelhada demonstrou ter quando se referiu a inclusão:

no passado, primeiro, não se falava em atenção ao deficiente. Simples assim. Eles fiquem aí e nós vamos viver a nossa vida aqui. Aí depois esse foi um programa que caiu para um outro extremo, o inclusivismo. O que que é o inclusivismo? A criança com deficiência era colocada dentro de uma sala de alunos sem deficiência. Ela não aprendia. Ela atrapalhava, entre aspas, essa palavra falo com muito cuidado, ela atrapalhava o aprendizado dos outros porque a professora não tinha equipe, não tinha conhecimento para dar a ela atenção especial. E assim foi. Eu ouvi a pretensão dessa secretaria e faço alguma coisa diferente para a escola pública. Eu monto sala com recursos e deixo a opção de matrícula da criança com deficiência à família e aos pais. Tiro do governo e deixo com os pais (RIBEIRO, 2021b).

O ministro, em uma visão liberal conservadora, deixou e encaminhou a política de inclusão a descoberto, porque somente a remete ao dever da família e não à garantia do Estado como rege a Constituição Cidadã de 1988 em seu Art. 205. “A Educação direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988). Ora, se já era difícil aos pais garantirem educação a seus filhos deficientes nas redes de ensino, viram-se, então, segregados, encaminhou-se a educação dos eleitos. A fala do ministro sobre este tema tornou-se recorrente, portanto, foi pensada para ser pronunciada.

Tanto os empresários acantonados no CNE como o ex-ministro e seus secretários representavam frações de um bloco no poder, constituído por aqueles “que participam no espaço da dominação política, portanto aquelas que têm áreas de poder próprias no seio do aparelho de Estado” (POULANTZAS, 1981, p. 91), um coletivo de classe. A burguesia multifacetada em suas configurações, desloca-se sempre que necessário ao atendimento de seus

projetos que ainda que diferentes, convergem na captura de direitos das classes populares, num jogo no qual podem ser necessários deslocamentos políticos.

Por vezes, o CNE, para esbater resistências e enfretamentos tende a dialogar, estrategicamente, com entidades representativas dos educadores, haja vista a prorrogação do prazo para a adequação das Instituições de Ensino Superior (IES) à implantação da Resolução CNE/CP N° 2, de 20 de dezembro de 2019, considerada uma estratégia das entidades da educação, entre elas a ANFOPE, para se ganhar tempo na luta pela revogação da referida Resolução. Já os ministros e seus colaboradores, desde o início do governo Jair Messias Bolsonaro promoveram uma série de políticas alinhadas com o que há de mais conservador. Os Programas já referidos: Escola sem Partido, Homeschooling e Escola Cívico-Militar, encontram seus suportes em grupos religiosos fundamentalistas, militares e do agronegócio que cada um à sua maneira pretende ter hegemonia na formação de nossas crianças e jovens.

Os empresários de apoio ao governo Bolsonaro se vinculam “com expressões neopentecostais [...] por meio da teologia da prosperidade, conforme o Movimento Brasil 200, que enfatiza ‘valores’ e ‘riqueza’ como evidências de sucesso para o país” (BORTONE, 2020, p. 63).

Grave foi o trato com os povos e comunidades tradicionais: quilombolas, ribeirinhos, indígenas, extrativistas, caboclos e pescadores artesanais, que tem visto suas terras invadidas, queimadas e suas escolas fechadas.

No contexto da tragédia da pandemia da COVID-19, que permanece endêmica, a correlação de forças tendeu a potencializar a exclusão das classes populares do poder, cresceu a autocracia e disputas das frações no interior do bloco da burguesia, como ficou demonstrado pelas posições dos partidos que apoiam o governo Bolsonaro, as disputas na reforma eleitoral, trabalhista e administrativa.

Particularmente, preocupante foi a política para o Ensino Médio (EM) e a Formação de Professores.

A reforma do EM, já nos debates e lutas educacionais desde o Governo Dilma, foi atropelada no governo Temer. Logo após o impeachment da presidenta Dilma foi retomada a reforma e por Medida Provisória (MP) N° 746,

de 22 de setembro de 2016, o que causou estranheza dado que este instrumento é usado em situação de urgência. Além disto, a MP tramitou rapidamente, e após receber 567 emendas, foi aprovada em 17 de fevereiro de 2017, por meio da Lei Nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, “alterando seis artigos importantes (artigos 24; 26; 36; 44; 61 e 62) da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - Lei 9.394/96)” (ADUSP, [s.d.]) e introduziu um novo artigo (35-A). Na verdade, a referida lei

Retira, pois, na prática, a eficácia de normas legais existentes que fortalecem a formação humana integral, a valorização dos profissionais da educação e, em especial, a autonomia pedagógica das unidades escolares. Contraria, na essência, o que está disposto no artigo 12 da própria LDB (ADUSP, [s.d.]).

Essa política é entendida como regressiva face às lutas por um EM integral e integrado à formação técnica, apresenta-se como medida com caráter de contrarrevolução preventiva, e promove ajustes na formação de subjetividades adaptativas.

Para a formação de professores há que se apontar a Resolução CNE/CP No. 2/2019 CNE, supracitada que altera a Resolução Nº 2, de 1º de julho de 2015 (Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada de Professores) em que o objetivo foi adequar a formação inicial e continuada à BNCC.

Por essa Resolução fica em suspenso a autonomia das IES na definição da política de formação de professores, rebaixa-se a formação teórica, desqualifica-se o professor e seu trabalho que passa a ser ajustado a uma padronização centralizada na BNCC. Perde-se a formação e trabalho de professores na perspectiva integral.

RESISTÊNCIAS E LUTAS DOS EDUCADORES E SUAS ENTIDADES: ENCAMINHAMENTOS DO GOVERNO LULA AOS TRÊS PROGRAMAS EM TELA

As resistências a estas políticas têm vindo dos educadores organizados em várias frentes e por meio das suas representações como a Associação

Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), a Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE) e a Associação Nacional pela Formação dos Profissionais em Educação (ANFOPE) que assim assentou sua oposição e resistência:

No campo da formação de professores, destacamos a publicação em 10/02/2020 da Resolução CNE/CP N° 2, de 20 de dezembro de 2019, que define 'novas' Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial, vinculada aos conteúdos e competências da BNCC, bem como a publicação em 27/10/2020 da Resolução CNE/CP 5 n° 01/2020 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica. Essas medidas vão no sentido de instrumentalizar e padronizar o currículo de formação de professores, em uma lógica técnica instrumental de empobrecimento da formação desses profissionais (ANFOPE, 2021, p. 4-5).

Acrescenta a referida entidade que,

As 'novas' Diretrizes Nacionais Curriculares e a BNC da Formação descaracterizam os cursos de licenciatura e empobrecem a qualidade da formação de professores, com impactos nocivos sobre a educação básica, constituindo-se como mais um grave retrocesso nas políticas educacionais. Chama atenção, nesse processo, a forma parcelada e fragmentada em que são apresentadas diretrizes de uma política nacional de formação dos profissionais da educação. A proposição ora apresentada só pode ser compreendida no contexto desse movimento de alterações profundas na concepção de formação dos profissionais da educação, retoma um debate superado nos anos 1980, sobre as relações entre as competências técnicas e o compromisso político dos gestores. Rompe com uma concepção central defendida pela ANFOPE e acolhida pelos normativos vigentes até 2018, a formulação de que a docência é a base da formação de todos os profissionais da educação - professores e especialistas - não podendo esta formação ser dicotomizada, atomizada e fragmentada (ANFOPE, 2021, p. 5).

As forças sociais que apoiam, formulam e fazem implementar estas políticas ora apontadas, estão sintonizadas com a manutenção da ordem social, são partidos encastelados no poder, reformadores sociais mercantis que desconsideram as classes populares e seus interesses. No campo das resistências, além das entidades nomeadas está o Fórum Nacional Popular de Educação (FNPE) que congrega educadores e suas representações.

Em seminários e conferências realizadas por meio de transmissões ao vivo, e uso de plataformas e redes sociais, os educadores têm denunciado o

caráter regressivo e de classe das políticas educacionais para o EM e a formação de professores, que aqui apontamos. Certo é que esse caráter conservador se espalha para toda a educação em seus níveis e modalidades, nos governos citados neste texto.

As resistências na educação encontram similitude com as lutas de outras frentes populares como Resistência de Camponeses de Corumbiara, Central de Movimentos Populares (CMP), Movimento dos Trabalhadores sem TETO (MTST), Unidade Classista, Frente Povo sem Medo, Frente Brasil Popular e Coalização Negra de Direitos, Movimento Fora Bolsonaro.

Neste contexto, os professores lutam e se angustiam com o seu trabalho. No estado da Bahia avançou a militarização das escolas realizada pela gestão direta de militares aposentados e ou bombeiros. Desde 2018, com o apoio do Governo Rui Costa do Partido dos Trabalhadores, avançou “a implementação do método de ensino dos Colégios da Polícia Militar (CPMs) em unidades escolares do interior” (GOMES; OLIVEIRA, 2022). Aponta-se que “Desde então, a PM implantou, em parceria com prefeituras e secretarias municipais de educação, 98 escolas em 85 (20,4%) municípios. Outras 18 estão planejadas para atender 13 novas cidades e ampliar o sistema em outras duas” (GOMES; OLIVEIRA, 2022).

Apoiada por pais e gestores sob o argumento de contenção das violências nas escolas, esta política leva à escola regras disciplinares autoritárias contrárias ao desenvolvimento integral e colaborativo dos jovens brasileiros. Aliada a princípios religiosos neopentecostais a referida política mais serve à formação de súditos em lugar de cidadãos autônomos e emancipados.

Movimentos sociais, educadores, gestores, professores resistem como apontamos neste texto e em suas notas e manifestos, defendem a educação que promova a todos, a despeito de tantas dificuldades e descon siderações do seu valor. Lutam de maneira a se garantir, relembre-se, a efetividade do Art. 205 da Constituição cidadã, já antes citado neste texto.

Em relação aos Programas defendidos no Congresso brasileiro e no CNE, as forças sociais que os apoiam podem até ser dissonantes em uma ou outra particularidade, como no caso da posição do TPE a respeito de Homeschooling, relatada antes neste texto, mas se unem no todo. “Por momento, basta

assinalar que essas classes ou frações hegemônicas reinantes e detentoras, ora se identificam, ora se distinguem” (POULANTZAS, 2019, p. 255), mas ao final atuam no interesse de classe.

O governo Lula tem tratado destes Programas sem grandes debates. Face ao cenário político tem acentuado outras pautas como a da economia, a nova geopolítica mundial.

Os deputados Rogério Correia (PT-MG) e Fernando Mineiro (PT-RN), sob o argumento que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação não prevê a possibilidade de que a gestão de escolas seja exercida por militares, cujas responsabilidades funcionais são distintas dos profissionais da educação, apresentaram o Projeto de Decreto Legislativo (PDL) 56/23 que revoga o Decreto que criou, durante o governo de Jair Bolsonaro, em 2019, o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM). A matéria está em tramitação na Câmara dos Deputados.

Entretanto, o ministro da Educação- Camilo Santana, já se pronunciou a favor do fim do Programa PECIM.

Todavia, em alguns estados, governados por aliados de Bolsonaro continuam em vigor as escolas Cívico- Militares, é o caso de Minas Gerais, Santa Catarina, Paraná. Neste último estão em funcionamento 12 colégios sob responsabilidade das Forças Armadas, na rede estadual de ensino são 194 escolas cívico-militares. O governador Ratinho Júnior anunciou em julho de 2023 que as escolas Cívico-Militares podem chegar, em 2024, ao número de 400.

As disputas por educação não acabaram e nem as forças conservadoras que defendem os três Programas que apresentamos. O governo Lula tem sido mais conciliador do que decisivo ao lidar com as forças sociais que os tem vindo a apoiar.

Neste cenário, as classes populares necessitam considerar que educação lhes interessa e levar em conta o que Mézáros apontou na reunião do Fórum Mundial, em 2004, já exposto na Introdução deste texto- é preciso ir para além do capital.

Este texto traz ao debate as lutas por educação no contexto dos governos Temer e Bolsonaro e terceiro de Lula, no pós-golpe de 2016. Examina os projetos Escola sem Partido, Homeschooling e o Programa Escola Cívico-Militares à luz da categoria correlação de forças conforme teorizada por Nico Poulantzas. Aponta como as forças conservadoras atinentes aos interesses do capital se organizaram nas comissões políticas no Congresso para defenderem, reelaborarem e votarem esses projetos. Destacam-se as resistências das entidades educacionais, movimentos sociais e seus manifestos. Retoma-se o desafio de István Mészáros - a necessidade de as classes populares avançarem com os seus interesses educacionais, para além do capital. Recomenda-se capacidade coletiva e pública dos educadores críticos na análise de três Programas educacionais que fortalecidos e ou criados pelo governo Bolsonaro permanecem entre nós.

REFERÊNCIAS

ADUSP. *A quem interessa a reforma do Ensino Médio do governo Temer?* Disponível em: <https://www.adusp.org.br/index.php/conjpol/2805-a-quem-interessa-a-reforma-do-ensino-medio-do-governo-temer>. Acesso em: 19 abr. 2022.

ANDES/SN. *Levantamento aponta mais de 200 projetos de lei pelo país que censuram liberdade de ensinar e aprender*. 2020. Disponível em: <https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/levantamento-aponta-mais-de-200-projetos-de-lei-pelo-pais-que-censuram-liberdade-de-ensinar-e-aprender1>. Acesso em: 08 ago. 2022.

ANFOPE. *Boletim Anfope n. 2, v. 31, 04 junho 2021*. 2021. Disponível em: <http://www.anfope.org.br/wp-content/uploads/2021/06/BOLETIM-02-2021.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2023.

ANPED. *Nota pública de repúdio à revogação, pelo governo interino, das nomeações para o Conselho Nacional de Educação*. 2016. Disponível em: https://www.anped.org.br/sites/default/files/oficio_conjunto_anped_043_2016_nota_repudio_nomeacoes_cne.pdf. Acesso em: 8 ago. 2022.

ANPED. *Posicionamento público de entidades sobre exclusão de dados do Censo Escolar pelo INEP.* 2022. Disponível em: <https://anped.org.br/news/posicionamento-publico-de-entidades-sobre-exclusao-de-dados-do-censo-escolar-pelo-inep>. Acesso em: 20 ago. 2022.

BERNSTEIN, Eduard. *Dicionário Político.* Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/b/bernstein-e.htm>. Acesso em: 28 ago. 2022.

BORTONE, Elaine de Almeida. *Frações do empresariado em campanha pró-Bolsonaro.* 2018. In: Revista Debates, v, 14, n. 1. 2020. Disponível em <https://seer.ufrgs.br/debates/article/view/96076/56874>. Acesso em: 23 ago. 2022.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.* Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 07 ago. 2022.

BRASIL. *Educação Básica teve 47,3 milhões de matrículas em 2020.* 2021. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2021-01/censo-escolar-2020-aponta-reducao-de-matriculas-no-ensino-basico>. Acesso em 28 ago. 2022.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. *CCJ aprova projeto que permite homeschooling.* 2021. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/771015-ccj-aprova-projeto-que-permite-homeschooling>. Acesso 08 ago. 2022.

CRISTALDO, Heloisa. *Censo escolar 2020 aponta redução de matrículas no ensino básico.* Agência Brasil. 2021. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2021-01/censo-escolar-2020-aponta-reducao-de-matriculas-no-ensino-basico>. Acesso em: 28 ago. 2022.

CURY, Carlos Roberto Jamil. *Homeschooling: entre dois jusnaturalismos?* 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pp/a/RvWL6bDhV3GsV3Zgc98QHxc/?lang=pt>. Acesso em: 20/8/2022.

FONTES, Virgínia. *As contradições da dependência sob o capital-imperialismo.* 2013. Disponível em: <https://www.planificacion.gob.ec/wp-content/uploads/downloads/2013/05/Equador-VF-contradicoes-depend-e-kimper-Virgina-Fontes.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2022.

GOMES, Linda; Paulo Oliveira. *Militarização Avança nas Escolas Públicas da Bahia*. Colabora, 20/5/2022. Disponível em <https://projetocolabora.com.br/ods4/militarizacao-avanca-nas-escolas-publicas-da-bahia/>. Acesso em: 24 ago. de 2022.

LUXEMBURGO, Rosa de. *Reforma social ou revolução*. São Paulo: Global, 1986.

MÉSZARÓS, István. *A educação para além do capital*. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

POULANTZAS, Nicos. O Estado, o poder e nós: entrevista entre David Kaisergruber e Nicos Poulantzas. In: BALIBAR, Etienne; POULANTZAS, Nicos (Orgs.). *O Estado em Discussão*. Lisboa: Edições 70, 1981.

POULANTZAS, Nicos. *Poder Político e Classes Sociais*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2019.

RIBEIRO. Milton. *Em 1ª visita ao Piauí como ministro, Ciro Nogueira e Milton Ribeiro, ministro da educação, encontram prefeitos*. 2021a. Disponível em: <https://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2021/08/14/em-1a-visita-ao-piaui-como-ministro-ciro-nogueira-e-milton-ribeiro-ministro-da-educacao-encontram-prefeitos.ghtml>. Acesso em: 25 ago. 2022.

RIBEIRO. Milton. *Alunos com deficiência “atrapalham” o aprendizado de outros alunos, diz Milton Ribeiro*. 2021b. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/brasil/alunos-com-deficiencia-atrapalham-o-aprendizado-de-outros-alunos-diz-milton-ribeiro/>. Acesso em: 08 ago. 2022.

TODOS PELA EDUCAÇÃO (TPE). *Todos Pela Educação é contra qualquer incentivo à Educação Domiciliar e defende prioridade às agendas estruturantes e emergenciais para a Educação Básica*. 2021a. Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/noticias/homeschooling-um-debate-fora-de-tempo>. Acesso em: 20 ago. 2022.

TODOS PELA EDUCAÇÃO (TPE). *Homeschooling: um debate fora de tempo*. 2021b. Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/noticias/homeschooling-um-debate-fora-de-tempo/>. Acesso em: 28 ago. 2022.

Recebido em: 15/11/2023

Aceito em: 09/03/2024

Publicado em: 05/04/2024